



Dr. Francisco Pessoa Leitão
Departamento Jurídico da AP

O direito dos administrados

O Regulamento de Disciplina Militar – garantias de defesa (1)

Os princípios da hierarquia e da disciplina surgem em toda a legislação militar como a base institucional das Forças Armadas. Em razão da sua condição militar, dos deveres e obrigações que sobre o militar impendem, não existe qualquer outro cidadão que esteja tão estritamente condicionado na sua acção, senão aquele que decidiu enveredar por uma vida de dedicação a um bem superior, que é o da defesa da Pátria, não se exigindo a nenhum outro grupo profissional o sacrifício da própria vida. E esta é a realidade que o honra e o distingue dos outros profissionais, não lhe podendo ser imposto estatuto idêntico ao dos demais funcionários. E tal dedicação tem um custo elevado – mas certamente interiorizado –, na medida em que se encontra subjacente a uma opção livre atempadamente tomada, assumindo assim as limitações decorrentes dessa sua opção.

Os deveres militares diferenciam-se dos deveres impostos a outros funcionários na medida em que aqueles são quase sempre de natureza pessoal e estes são normalmente de natureza funcional. Basta atender à tipificação dos deveres elencados no Regulamento de Disciplina Militar (RDM) que, a título meramente exemplificativo, merecem a diferenciação, sendo eles: o dever de disponibilidade (art.º 14º), de lealdade (art.º 16º), de aprumo (art.º 24º). Estes deveres consagram valores que exigem que os actos da vida do militar concorram em todo o momento para o bom funcionamento e imagem das Forças Armadas.

Assim, pela violação de um, ou mais deveres consagrados no RDM, existem competências disciplinares instituídas, as quais, em regra são do Comandante da Unidade, que determina, em razão do conhecimento da violação de algum dever, ordem ou instrução que ponha em causa o cumprimento da sua missão, mandar instaurar procedimento e aplicar sanções.

Torna-se claro que, neste exercício de competências existe uma margem de discricionariedade para apreciar a oportunidade e adequação, no que tange à escolha de aplicar uma ou outra das sanções tipificadas em função das circunstâncias que envolveram a infracção.

No entanto, e porque as garantias de defesa existem, para que o processo seja, no mínimo, justo, é imprescindível que o procedimento disciplinar obedeça à tramitação legalmente exigida, e seja permitido ao militar – posteriormente designado de arguido –, defender-se dos factos que indiciariamente lhe são imputados.

Aquando da constituição de arguido, em processo disciplinar, são aplicadas, subsidiariamente, as regras do Código do Processo Penal, sendo que ao arguido caberá prestar declarações – se assim o desejar –, somente após a leitura dos factos indiciadores de ilícito disciplinar, e nunca antes, sem

deles tomar conhecimento. Isto é, para que o militar saiba previamente a que factos vai ser sujeito a depoimento, deverá o oficial ler o auto de notícia/participação. E somente após a leitura da matéria indiciária, deverá o arguido decidir entre prestar declarações, ou não, remetendo-se ao silêncio. Tal atitude, consagrada legalmente, é um direito que assiste ao arguido, não o prejudicando por tal.

As garantias de defesa do arguido, têm expressão constitucional e legal, conferindo-lhe, para além de outros direitos, o seguinte:

- Constituir defensor, que pode ser advogado ou oficial, podendo, caso assim o pretenda, e aquando da constituição de arguido, solicitar o adiamento da diligência, informando o oficial instrutor que pretende ser assistido na diligência por advogado, podendo de tal requerer verbalmente;
- Consultar o processo, por si, ou por advogado para o efeito mandatado;
- Apresentar defesa escrita, indicando testemunhas e requerer diligências probatórias. Convém realçar que a omissão de diligências consideradas essenciais à descoberta da verdade material é uma nulidade insuprível;
- A ser ouvido, quando entender, desde que previamente o faça, dirigindo requerimento ao processo.

Com a qualificação processual de arguido é conferido ao militar o pleno direito de defesa, que consiste essencialmente na busca da verdade material, participando activamente no contraditório, podendo carrear para os autos de processo disciplinar todos os elementos ou factos, antes de ser proferida uma decisão.

Igualmente está consagrado o princípio da presunção da inocência, o qual significa que é ao oficial instrutor que compete o ónus da prova e que, havendo dúvidas sobre a culpabilidade do arguido, o processo deve ser arquivado.

Nunca o militar deverá aceitar uma sanção sem que previamente tenha existido um processo disciplinar.

Por ultimo, e após a aplicação de uma punição, não se conformando o arguido com a mesma, deverá este, nos termos consagrados na lei, recorrer da decisão para o órgão superior, de molde a alterar ou impugnar uma decisão desfavorável.

O órgão ao qual é dirigido o recurso tem a faculdade de rever ou confirmar, modificar ou revogar a decisão.

Da manutenção da decisão pelo citado órgão - confirmando e mantendo a decisão punitiva na esfera jurídica do militar -, tem o arguido a faculdade de impugnar contenciosamente a citada decisão, com recurso aos tribunais administrativos.